

Educação Financeira no ensino básico

Financial Education in elementary school

 <https://doi.org/10.56238/sevedi76016v22023-039>

Gleisson Barros da Silva

e-mail: gleisson_barros@hotmail.com

Maria Joseane Felipe Guedes Macêdo

e-mail: joseane@ufersa.edu.br

Antônia Jocivania Pinheiro

e-mail: vaniamat@ufersa.edu.br

RESUMO

O ensino de educação financeira é capaz de promover mudanças significativas no hábito de consumo, trazendo benefícios econômicos nas despesas pessoais e economia do país como um todo. Considerando isso, o principal objetivo deste trabalho é apresentar sequências didáticas envolvendo o ensino de educação financeira para alunos do ensino fundamental e médio, verificando seu nível de conhecimento com relação a bons hábitos, poupança e investimentos. Para isso, é apresentado um este estudo sobre o estado da arte do ensino da educação financeira, o planejamento e etapas necessárias para a independência financeira e também sobre conceitos preliminares da matemática financeira. A partir das sequências didáticas propostas, busca-se quebrar barreiras que afastem alunos de baixa renda da educação financeira, incentivando-os em sua capacidade, desde que recebam a orientação correta. Acreditamos que o estudo proposto nesse trabalho pode contribuir significativamente no ensino da educação básica iniciando-se pela orientação de educadores, que também provavelmente não

receberam esses ensinamentos de modo específico ao longo de sua vida ou formação acadêmica.

Palavras-chave: Educação financeira, Matemática Financeira, Sequências Didáticas.

ABSTRACT

The teaching of financial education is able to promote significant changes in the consumption habit, bringing economic benefits in personal expenses and the economy of the country as a whole. Considering this, the main objective of this work is to present didactic sequences involving the teaching of financial education to elementary and high school students, checking their level of knowledge regarding good habits, savings and investments. For this, a study is presented on the state of the art of teaching financial education, the planning and steps necessary for financial independence, and also on preliminary concepts of financial mathematics. From the didactic sequences proposed, we seek to break barriers that keep low-income students away from financial education, encouraging them in their capacity, provided they receive the correct guidance. We believe that the study proposed in this work can contribute significantly to the teaching of basic education, starting with the guidance of educators, who probably haven't received these teachings in a specific way during their lives or academic training.

Keywords: Financial Education, Financial Mathematics, Didactic Sequences.

1 INTRODUÇÃO

Em virtude do modelo econômico capitalista adotado pelo Brasil e por grande parte dos países do mundo, surge a necessidade de aprender a lidar com o capital disponibilizado para pessoas físicas e pessoas jurídicas. De acordo com Brito et al (2012), a educação financeira possibilita a compreensão da interferência dos fatos que ocorrem na economia interna e externa na tomada de decisão em temas como o consumo, poupança ou utilização de crédito pessoal.

Atualmente, sabe-se que grande parte da população não tem acesso ou não se interessam pelos conceitos básicos financeiros, no que diz respeito às estratégias de multiplicação de capital pelo ato de poupar e investir. Esse fato pode estar associado à falta de orientação financeira ainda na infância ou na adolescência por parte de familiares e pessoas próximas que também não receberam esse tipo de instrução, bem como a inexistência de uma disciplina voltada para finanças no ensino regular.

Savoia et al (2007) destaca que o baixo grau de conhecimento financeiro tem relação direta com o endividamento da população, além da dificuldade de formação de reservas financeiras e geração de patrimônio, o que está atrelado ao desequilíbrio no orçamento familiar. Como consequência, relacionado ao fato de o Brasil apresentar elevados índices de desigualdade social, grande parte da população encontra-se inadimplente, e poucas são as pessoas que sabem investir em renda fixa e variável para acumulação de capital e geração de patrimônio.

Uma pesquisa realizada por SPC (2016) mostra uma tendência em que os brasileiros anotam despesas básicas de seu cotidiano, mas falha na previsão de despesas extras. Além disso, das pessoas entrevistadas na pesquisa de SPC (2016), os três principais fatores associados com a falta de controle nas finanças pessoais são a ausência de disciplina em registrar ganhos e gastos, lembrar das compras concluídas em dinheiro espécie sem registro no extrato bancário e por falta de tempo. Após essas três justificativas, a mais apontada foi o “não saber como fazer”.

Acredita-se que esses fatos estão relacionados com o pouco acesso à informação e orientação de boa qualidade, podendo ser revertido com o passar dos anos com a inserção de educação financeira no ensino básico. Tal feito pode trazer impacto positivo não apenas na saúde financeira de cada indivíduo, mas também melhoria do capital jurídico e fortalecimento da economia do país como um todo. Nesse contexto, Leal e Melo (2007) explicam que no geral, os conhecimentos de educação financeira são restritos aos estudos de nível superior em cursos relacionados com o tema, como administração, economia e contabilidade, contudo, esse aprendizado se mostra importante para pessoas das mais diferentes classes sociais e faixas etárias, motivo pelo qual vem sendo inserido nas escolas.

Por outro lado, Brito et al (2012) explica que o aprendizado de conceitos básicos de finanças contribui para tomada de decisões econômicas, pois auxilia na compreensão e racionalização de problemas cotidianos enfrentados pela população. Ao fomentar habilidades financeiras o indivíduo passa a ter consciência de que é influenciado pela economia, que isso gera influência, onde a interação de ambos acontece de forma natural. Como resultado dessa conscientização, o indivíduo torna-se mais crítico, criterioso e cauteloso no que tange a suas escolhas financeiras.

É importante ressaltar que a organização das próprias finanças é válida para grande parte da população, não apenas para as pessoas consideradas ricas. É fato também que para as pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza não se aplica necessariamente as afirmações aqui tratadas. No entanto, a crença de que é necessário ter muitas posses ou uma quantia elevada de dinheiro para que se aprenda sobre

educação financeira deve ser reavaliada. No que se refere a investimentos, este popularizou-se consideravelmente nos últimos anos, mas há um caminho árduo pela frente para que investir se torne um hábito ou mesmo algo menos provido de preconceitos por grande parte da sociedade.

Nesse contexto, o principal objetivo é fazer uma revisão a cerca do estado da arte da educação financeira como tema transversal, abordada na BNCC. Além disso, vamos apresentar uma sequência didática que possa ser aplicada em sala de aula do ensino básico, de modo a chamar atenção para o nível de conhecimento dos alunos e professores com relação a uma vida financeira saudável. Para que o aproveitamento dos conteúdos abordados, na sequência didática, ocorra de uma maneira satisfatória é necessário que alguns conteúdos prévios sejam trabalhados em sala de aula, tais como a revisão de operações matemáticas básicas envolvendo dinheiro, orçamento doméstico, planejamento financeiro e orientações comportamentais relacionadas a finanças. Aqui vamos focar mais na reflexão da atividade proposta do que na sua execução. A sequência está dividida em três etapas: Etapa 1: para começar e pensar, Etapa 2: para discutir e Etapa 3: para finalizar. A Etapa 1 busca discutir os conceitos iniciais que serão trabalhados na sequência didática, a Etapa 2 tem como objetivo aprofundar a discussão iniciada na Etapa 1 e a Etapa 3 busca sintetizar as situações apresentadas nas etapas anteriores.

Sendo assim, este estudo está organizado da seguinte maneira. A Seção 1 apresenta a introdução. A Seção 2, explana um pouco sobre o estado da arte do ensino da educação financeira no Brasil relacionando com a BNCC. A Seção 3 trata de uma reflexão sobre educação financeira com ênfase no planejamento financeiro e consumo consciente. A Seção 4 apresenta uma sequência didática como sugestão para o ensino da educação financeira. Por fim, a última seção apresenta as considerações finais da pesquisa.

2 A EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO TEMA TRANSVERSAL NA BNCC

A *Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico* (OCDE) preconiza ser de fundamental importância inserir o ensino de educação financeira no currículo formal das escolas, enfatizando que as pessoas devem ter acesso a questões financeiras o mais cedo possível. Segundo Giordano *et al.* (2019) “a educação financeira constitui um amplo campo de investigação que mobiliza saberes, habilidades, competências, crenças e concepções envolvendo áreas como conhecimento humano, matemática, política, economia, sociologia, antropologia, filosofia, psicologia, ética, entre outras”.

No Brasil a implementação da educação financeira no ensino regular começou a ser cogitada oficialmente com a publicação do decreto 7.397/2010 (BRASIL, 2010), com a instituição da *Estratégia Nacional de Educação Financeira* (ENEF), cujo objetivo é fomentar e apoiar ações que visem aprimoramento da população brasileira quanto às questões financeiras e tomadas de decisões mais conscientes e seguras, fortalecendo assim não só a economia como a cidadania.

Giordano *et al.* (2019) explicam que no ano de 2011 foi criado um programa de ensino da educação financeira no ensino médio, implementado em caráter experimental em escolas públicas dos estados de São

Paulo, Rio de Janeiro, Ceará, Tocantins, Minas Gerais e Distrito Federal. Em 2014 o programa foi adaptado para o ensino fundamental, sendo aplicado em escolas de Joinville (SC) e Manaus (AM). Os autores ressaltam:

A proposta da ENEF nas escolas teve como principal objetivo a educação das crianças e adolescentes, orientando-os ao uso consciente do dinheiro, cultivando hábitos e comportamentos mais adequados para a sua saúde financeira e bem-estar social. Tal proposta parte do pressuposto que indivíduos educados financeiramente podem contribuir de modo mais efetivo para a formação de uma sociedade mais responsável e comprometida com o futuro (GIORDANO *et al.*, 2019, p. 3).

Vieira *et al.* (2020) resalta que o ensino da educação financeira é abordado na BNCC de modo transversal, devendo ser ensinado na contextualização de outras disciplinas oficialmente ofertadas. Contudo, vale salientar que a discussão deve ser muito mais aprofundada do que apenas inserir alguns conceitos de educação financeira em sala de aula para os alunos, pois como fazê-la de forma assertiva se nem mesmo os professores a receberam na sua formação e vivência? Sendo assim, Silva e Powell (2013) ressaltam que a falta de formação para os professores, responsáveis por fazer com que a educação financeira seja efetivamente abordada em sala de aula seja um primeiro embate em sua inserção de maneira significativa. “Apenas a disponibilidade de material para download disponível na internet é pouco se desejamos realmente que esse trabalho aconteça de forma estruturada e consciente e em uma perspectiva crítica” (VIEIRA *et al.*, 2020, p. 3).

Desse modo, antes mesmo de pensar em estratégias de ensino e conteúdos necessários para os alunos de diferentes idades de modo que se garanta o aprendizado, não só de conceitos básicos como também de pensamento crítico para tomada de decisão, deve-se abordar os professores da rede pública e privada, para que eles desenvolvam tais habilidades, de maneira que se sintam seguros para repassar aos alunos.

Há ainda de se compreender os desafios que envolvem a própria educação básica no país, que possui níveis preocupantes de domínio de conteúdo por parte dos alunos, bem como desigualdade socioeconômica que reflete no aprendizado individual e dos grupos. O Banco Central do Brasil em seu livro sobre educação financeira nas escolas (BCB, 2018) aborda que em 2017, 78% das escolas do país são públicas, frente a 22% privadas, totalizando cerca de 2 milhões de professores e 48 milhões de alunos, números que por si só, só ilustram os desafios de se inserir o conteúdo de educação financeira, além ainda da preocupação com a igualdade de orientação recebida, nas quais estão relacionadas com os fatores socioeconômicos, níveis de investimento de cada aluno, entre outros. De acordo com o Censo Escolar de 2017, feito pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), apenas 11,9% dos alunos do 5º ano do ensino fundamental possuem níveis adequados de aprendizagem em português e 15,5% em matemática (BCB, 2018).

Diante disso, é importante que se compreenda que é um desafio a inserção da educação financeira, especialmente em instituições públicas, devido aos fatores já relatados. Porém é de extrema importância a

preocupação da BNCC nessa inclusão e difusão do conhecimento. Vale salientar também que há diferença entre o termo educação financeira e letramento financeiro, onde o objetivo, a longo prazo, de fato é a obtenção de letramento financeiro por parte dos cidadãos como estratégia de avanço de economia e melhor qualidade de vida. De acordo com PISA (2020) o letramento é compreendido como a “capacidade de aplicar conhecimentos e habilidades em áreas-chave, bem como analisar, raciocinar e se comunicar eficazmente à medida que colocam, resolvem e interpretam problemas em uma variedade de situações”.

Diante disso, se destaca que a educação financeira trata do aprendizado dos conceitos necessários e desenvolvimento de pensamento crítico, sendo o caminho para se atingir o letramento financeiro. Desse modo, o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) trata da aplicação de questionários a alunos do ensino fundamental e médio de escolas escolhidas aleatoriamente em cada país, de forma que se avalie os níveis de conhecimento financeiro por parte desses jovens e identifique em qual nível de letramento financeiro encontram-se, afim de traçar meios de se melhorar os resultados e compará-los com outros países do mundo.

O resultado é expresso então em cinco níveis, sendo o Nível 1 considerado ruim e o Nível 5 considerado de excelência, como apresentado na Tabela 1 a seguir.

Tabela 1. Descrição dos níveis de proficiência em letramento financeiro.

Nível	Intervalo de escala (pontuação)	Domínio dos estudantes
1	De 326 a menos de 400 pontos	Identificar produtos e termos financeiros comuns e interpretar informações relacionadas a conceitos financeiros básicos. Reconhecer a diferença entre necessidades e desejos, tomando decisões simples sobre os gastos diários. Reconhecer a finalidade de documentos financeiros do dia a dia, como uma fatura e aplicar uma única operação numérica básica (adição, subtração ou multiplicação) em contextos financeiros que provavelmente experimentaram pessoalmente.
2 (mínimo adequado)	De 400 a menos de 475 pontos	Começar a aplicar seus conhecimentos sobre produtos financeiros comuns e sobre termos e conceitos financeiros comumente usados. Usar determinadas informações para tomar decisões financeiras em contextos que são imediatamente relevantes para eles. Reconhecer o valor de um orçamento simples e interpretar características proeminentes de documentos financeiros do dia a dia. Aplicar uma única operação numérica básica, incluindo a divisão, para responder a questões financeiras. Mostrar uma compreensão das relações entre diferentes elementos financeiros, tais como a quantidade de uso (ou consumo) de algo e os custos envolvidos.
3	De 475 a menos de 550 pontos	Aplicar seu entendimento de conceitos, termos e produtos financeiros comumente usados em situações que são relevantes para eles. Começar a considerar as consequências de decisões financeiras e fazer planejamentos financeiros simples em contextos familiares. Fazer interpretações diretas de uma variedade de documentos financeiros e aplicar uma série de operações numéricas básicas, incluindo cálculo de porcentagens. Escolher as operações numéricas necessárias para resolver problemas rotineiros em contextos relativamente comuns, como cálculos de orçamentos.
4		Aplicar seu entendimento de conceitos e termos financeiros menos comuns a contextos que serão relevantes para eles à medida que avançam em direção à vida adulta, como gestão de contas bancárias e juros compostos em produtos de poupança. Interpretar e avaliar uma série de documentos financeiros detalhados, como extratos bancários, e explicar as funções de produtos financeiros menos usados. Tomar decisões financeiras levando em conta as consequências de longo

	De 550 a menos de 625 pontos	prazo, como compreender as implicações gerais em termos do custo de pagamento de um empréstimo durante um período mais longo, e resolver problemas rotineiros em contextos financeiros menos comuns.
5	625 pontos ou mais	Aplicar seu entendimento de uma ampla gama de termos e conceitos financeiros em contextos que possivelmente só se tornarão relevantes para suas vidas a longo prazo. Analisar produtos financeiros complexos e levar em consideração características significativas de documentos financeiros, mas que não estão declaradas ou não são imediatamente evidentes, tais como custos de uma transação. Trabalhar com um alto grau de precisão e resolver problemas financeiros não rotineiros, bem como descrever os possíveis resultados de decisões financeiras, mostrando uma compreensão do cenário financeiro mais amplo, como, por exemplo, o imposto de renda.

Fonte: Adaptado de OCDE (2017) *apud*. PISA (2020).

O Brasil participou da pesquisa do PISA nos anos 2000, 2012, 2015 e 2018, com alunos da rede pública e privada do 9º ano do ensino fundamental e 1º, 2º e 3º ano do ensino médio. De acordo com o BCB (2018), no ano de 2015 o Brasil ficou abaixo da média mundial de letramento financeiro, onde cerca de 53,3% dos estudantes têm desempenho inferior ao nível básico de proficiência, o que corresponde ao Nível 1. Em domínio financeiro, esses jovens são capazes, segundo BCB (2018) de no máximo, reconhecer o objetivo de um documento cotidiano, como um boleto. O autor destaca que diversos fatores influenciam no baixo desempenho do país em comparação com os demais países incluídos na pesquisa, como a grande dimensão do sistema de ensino, níveis de aprendizagem dos alunos, diferença de ensino entre estados e diferença de ensino relacionado a fatores socioeconômicos.

Os resultados obtidos pela pesquisa em 2018 mostram que cerca de 44% dos estudantes encontram-se no Nível 1 ou abaixo dele, representando uma melhora, em relação à pesquisa anterior, de aproximadamente 9,3%. Cerca de 27,7% dos alunos avaliados encontram-se no Nível 2, 19% no Nível 3, 8% no Nível 4 e pouco menos de 2% no Nível 5. Esses dados indicam que apesar da melhoria apresentada entre os jovens nos anos de 2015 e 2018, muito trabalho ainda precisa ser realizado para melhorar as estatísticas, visto que a média mundial dos países membros da OCDE é de 10% no Nível 5 (BCB, 2018).

Diante do exposto, é importante ressaltar então que a BNCC leva em conta a necessidade do ensino da educação financeira para os jovens, pois esse conteúdo é capaz de proporcionar letramento financeiro, que há relação não apenas com a matemática, como também com outras áreas do conhecimento, como empreendedorismo, política, compreensão textual, entre outros. Desse modo, como já explicitado anteriormente, é necessário então que o letramento financeiro seja base dos professores, para que então possa repassar seus conhecimentos não só matemáticos para os alunos. A Figura 1 apresenta a relação do letramento matemático com o letramento financeiro, que são complementares, mas não iguais.

Figura 1. Relação entre o conteúdo de letramento matemático e letramento financeiro.



Fonte: OCDE (2019) apud. PISA (2020).

Nota-se então que na avaliação realizada pelo PISA, o que demonstra letramento tanto matemático como financeiro é o domínio da solução de problemas matemáticos dentro de questões financeiras, de modo que se avalie as circunstâncias em termos econômicos, onde a matemática entra como auxílio que permite resultados comparativos.

3 ALGUNS CONCEITOS BÁSICOS SOBRE EDUCAÇÃO FINANCEIRA

De acordo com a *Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico* (OCDE), a educação financeira é definida como

O processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação, possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidos e, então, poderem fazer escolhas bem informadas, saber onde procurar ajuda e adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar. Assim, podem contribuir de modo mais consistente para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro”. (OCDE, 2005, p. 26).

Considerando o exposto pelo autor Kehiaian (2012), o estudioso Ellen Richards escreveu o primeiro livro sobre educação financeira, datado de 1905, onde iniciou-se o movimento de economia doméstica findado pela criação da Associação Americana de Economia Doméstica (American Home Economic Association), em 1909, que em seguida passou a se chamar American Association of Family and Consumer Sciences (AAFCS), dedicada a reunir profissionais e fomentar conhecimentos na área de ciência da família e do consumidor. A partir desse processo iniciado para ensinar a profissão de economia doméstica para mulheres responsáveis pelos seus lares, o tema começou a ganhar espaço academicamente, tendendo a uma discussão de educação financeira. Christensen (1940) afirmou que a inexistência de educação financeira, historicamente observada se dá pela ausência do seu ensino nas escolas de uma forma que as crianças

possam compreender e aplicar no cotidiano, denominando assim como “analfabetismo econômico” que não tem relação de culpa direta com o indivíduo e sim com o sistema. Os autores Hunt (1940) e Modigliani e Brumberg (1954) endossam a discussão dizendo que educação econômica deve ser ofertada ao indivíduo por meio de um programa efetivo de ensino sobre o tema, se iniciando ainda criança até sua vida adulta, e que como há uma tendência da falta dessa orientação, o indivíduo toma decisões com base no que viu em termos de atitude de pessoas próximas, como seus parentes, explicando o comportamento parecido entre essas pessoas, bem como influência das mídias sociais.

Com o passar dos anos e conseqüentemente o aumento da complexidade de transações financeiras, intensificou-se a necessidade de levar cada vez mais em conta a educação financeira, como explicado por Lucci *et al.* (2006) *apud*. Donadio (2014), que é dado pelo crescimento de produtos financeiros, o que requer, na economia moderna, que o cidadão tome decisões diariamente sobre “cheque especial, cartão de crédito, financiamentos, leasing, crédito direto ao consumidor, opções de pagamento variadas, poupança, fundos de investimentos, avaliação sobre taxas de retorno, quantia inicial mínima para investimentos, períodos de carência, dentre outras questões”.

No que refere ao estágio de desenvolvimento do ensino da educação financeira, Savoia *et al.* (2007) ressaltam que o Brasil se encontra abaixo de outros países como Estados Unidos e o Reino Unido. Nos Estados Unidos seu ensino é obrigatório nas escolas, sendo incluído na grade curricular, onde cerca de 72% das instituições bancárias promovem ações de educação financeira com parceria com outras organizações. Com relação ao Reino Unido, o ensino da educação financeira nas escolas é facultativo, porém, há uma cultura muito enraizada de poupar, fazendo com que as pessoas já cresçam em um ambiente de envolvimento com a temática. No Brasil, de acordo com os mesmos autores, a situação ainda é alarmante, onde o analfabetismo financeiro é considerável, propiciado por fatores históricos, culturais e de responsabilidade das instituições e iniciativa pública na ausência de orientação e estímulo da população. Para mudar tal situação, eles ressaltam que são necessárias “iniciativas tanto do setor privado como do setor público para propagar, fortalecer e consolidar a educação financeira de forma duradoura, sendo a participação das escolas e das universidades de grande relevância para seu êxito”.

Ao se tratar de educação financeira, os conhecimentos transcendem a matemática, passando pela psicologia, economia, gestão e administração. A matemática possibilita que se calcule juros relacionadas a taxas pré-determinadas, previsões de rendimentos e fluxo de caixa, contudo se sabe que a tomada de decisão vai além disso, considerando erros e acertos, com as conseqüências relacionadas a escolha de um empréstimo ou consistência em aplicações financeiras, por exemplo. Schneider (2008) explica que para promover educação financeira, é dada ênfase para a educação dos erros e não somente nos cálculos em si, sendo necessário buscar formas de amenizar problemas para o planejamento financeiro pessoal. Nesse sentido, alguns pontos podem ser elencados: orçamento doméstico e planejamento financeiro, consciência de consumo, liberação de crédito e análise de financiamentos, e por fim, investimentos.

3.1 ORÇAMENTO DOMÉSTICO E PLANEJAMENTO FINANCEIRO

O primeiro passo para um indivíduo traçar uma relação harmoniosa com seu dinheiro é compreender suas receitas, ou seja, seus ganhos mensais e suas despesas. Para tanto, deve-se então fazer um orçamento doméstico, que de acordo com Serviço Geral de Proteção ao Crédito (SCPC) (2020) é um modo de controlar e acompanhar as despesas e o dinheiro de uma família, com medidas que garantam saber o valor do ganho, o valor do gasto, se sobra dinheiro, avaliar se deve economizar e como deve ser programada uma poupança. Considerando isso, deve-se levar em conta se há dívidas em atraso, se há financiamentos e prestações que precisam ser pagas mensalmente, despesas fixas, despesas variáveis e possibilidade de emergências. A Figura 2 apresenta esquematicamente o que deve ser levado em conta na estruturação de um orçamento doméstico.

Figura 2. Esquema representativo de composição de orçamento doméstico.



Fonte: Autor (2022).

Desse modo, o orçamento doméstico pode ser gerenciado sabendo quais são os ganhos mensais, que podem ser compostos pelo salário no caso de funcionário ou pró-labore no caso de empresário ou autônomo, auxílios concedidos pelo governo, rendimento a partir de alugueis de imóveis, entre outros que podem ser renda extra por prestação de serviço, venda de produtos ou mesmo rendimentos de investimentos. Por outro lado, há também as despesas mensais individuais e familiares, que devem ser contabilizadas em despesas fixas, compostas por internet, aluguel ou parcela de pagamento de imóvel, condomínio, plano de saúde e outros, assim como despesas variáveis, como energia, água, alimentação, combustível e outros. Vale ressaltar que há também outras categorias que devem ser incluídas, como é o caso de aporte para investimentos, que será abordado mais à frente. A Figura 3 apresenta esquematicamente categorias que devem ser incluídas em um orçamento bem estruturado e planejado.

Figura 3. Categorias de divisão de despesa mensal.

Aluguel / Financiamento	Condomínio / Manutenção	Alimentação
Energia Água Internet Gás	Plano de Saúde	Educação
Transporte	Impostos	Lazer
Reserva de emergência	Reserva de objetivos	Reserva de independência

Fonte: Autor (2022).

Desse modo, percebe-se gastos que são inerentes aos custos cotidianos do presente, como é o caso do aluguel ou financiamento de imóvel, condomínio ou manutenção residencial, alimentação seja de compra em supermercado, aplicativos ou restaurantes, energia, água, internet, gás, plano de saúde (quando cabível), educação como cursos de graduação ou pós-graduação, escola particular, inglês, violão, entre outros. Há também custos com transporte, onde podem estar incluídos financiamento de veículos, combustível, veículos de aplicativo e pagamento de passagem de transporte público, impostos que incluem IPTU e IPVA por exemplo. Despesas com lazer que depende do estilo de cada pessoa e família, desde shows, passeios a viagens, e por fim as reservas de emergência, objetivos e independência financeira, que serão abordados detalhadamente no tópico de investimentos.

De acordo com *Banking and Trading Group* (BTG) (2017), o planejamento financeiro é a organização das finanças de modo que se cubra as necessidades do indivíduo e dê ferramentas para alcançar objetivos de curto, médio e longo prazo. Desse modo, pode-se então diferenciar o orçamento doméstico do planejamento financeiro pelo fato do orçamento doméstico elencar as despesas do momento atual do indivíduo ou família, enquanto que o planejamento financeiro leva em conta também a estruturação do futuro, dividido por categorias. Sendo assim, para planejar-se financeiramente, é necessário compor um orçamento doméstico. Contudo, nem todos que compõem um orçamento doméstico tem planejamento financeiro, por não considerar seus objetivos futuros.

Considerando uma família ou indivíduo que estrutura adequadamente seu orçamento, já incluindo as partes que serão destinadas as reservas, a subtração entre as receitas e os custos deve ser igual a zero. Há casos em que mesmo que se estabeleça uma rotina de acompanhamento do orçamento doméstico frequentemente, sabe-se que muitos brasileiros possuem salários inferiores ao que se pode pagar por o mínimo de qualidade de vida, apresentando assim em muitos casos ganhos inferiores até mesmo as despesas básicas de um indivíduo ou família. Nessas circunstâncias, é importante que seja traçada uma estratégia de renda extra, que pode variar de acordo com os conhecimentos e habilidades de cada pessoa, bem como seu padrão de vida. Dos Santos (2009) salienta dentro desse contexto:

Reforçando a importância da educação financeira, com o atual estágio de desenvolvimento alcançado pelo Brasil, deve-se refletir sobre os riscos associados à falta de conhecimento financeiro da população. Essa lacuna de competência nas pessoas pode trazer diversas consequências indesejáveis. Os erros na tomada de decisão, a falta de planejamento das finanças pessoais, a visão negativa sobre os produtos e as empresas do setor financeiro são alguns dos problemas que podem inviabilizar que as pessoas alcancem seus objetivos. Se, de um lado, a educação financeira pode ajudar as pessoas a tomarem melhores decisões sobre seu dinheiro, por outro lado, a ausência de conhecimento básico de finanças expõe os cidadãos a ações de pessoas mal-intencionadas (DOS SANTOS, 2009, p. 2).

Vale salientar que a cultura de se destinar o que sobra da receita e das despesas para poupar é consideravelmente arraigada, contudo, em muitos casos, pouco efetiva. Pois por falta de educação financeira, o indivíduo não poupa e muitas vezes executa gastos iguais as receitas ou mesmo superiores, onde o limite do cartão de crédito é visto como extensão de salário, tornando-se insustentável o ato de gastar mais do que ganhar, resultando em endividamento. Nesses casos, onde o endividamento já está presente na realidade, deve-se avaliar cautelosamente de que modo serão quitadas essas dívidas, levando em conta as taxas de juros e também readequação de padrão de vida, de modo que seja sanado o mais rápido possível. Infelizmente, grande parte da população não costuma fazer um orçamento. Esse fator é confirmado por pesquisa realizada pelo Serasa (2020), onde constatou-se que cerca de 63,8 milhões de brasileiros se encontram inadimplentes, representando 40,8% da população adulta. Isso é consideravelmente prejudicial pois além da negativação de crédito, há também o fato dos juros para pagamento dessas dívidas serem elevados, fazendo com que as pessoas fiquem mais longe da qualidade de vida que buscam, sendo esse um indicativo da falta de educação financeira muito presente em famílias brasileiras. Nesse caso, como já explicitado, uma das prioridades na organização financeira deve ser a quitação de todas as dívidas, porém deve estar atrelada a necessidade de formação de reserva de emergência, sendo este o principal objetivo de qualquer pessoa organizada, pois em casos de situações imprevistas, evita-se assim que uma nova dívida seja realizada. Quanto a essa reserva de emergência, especialistas em finanças alertam que o ideal é que se tenha entre 6 e 12 meses de acumulação do gasto mensal, variando de acordo com cada caso. Por exemplo, um profissional autônomo responsável financeiramente por uma família deve ter mais reserva do que um jovem funcionário público sem filhos.

3.2 CONSUMO CONSCIENTE

Outro ponto importante que deve ser salientado no que se refere ao orçamento e planejamento financeiro é a relação de desejo e necessidade, na qual devem estar atreladas a um consumo consciente. Reis (2019) ressalta que ao longo das últimas décadas, com o crescimento das tecnologias, o consumo de informações tornou-se mais intenso, dando espaço ao marketing, que muitas vezes produz uma criação artificial de necessidades, criando uma identidade social em cada indivíduo, de acordo com seu padrão de consumo. Esse fato, atrelado a facilidade de crédito, aumento da renda familiar e também a falta de orientação financeira recebida pela população, resulta em uma sociedade inadimplente, onde cerca de

apenas 8% tem o hábito de poupar, o que revela o desastre vivenciado por muitos. Sendo assim, é notório que o padrão de consumo é um reflexo da falta de orientação, que Hunt (1940) afirma que só é possível melhorar sistematicamente o que chamou de educação econômica, se cada pessoa aprender a transformar informações em competência, aplicando conhecimentos que devem ser repassados através de um programa efetivo de ensino financeiro estruturado ainda no ensino elementar, de forma contínua até sua vida adulta.

Considerando o ato de consumir, é fácil notar que pessoas confundem consumo consciente com privação de compra de produtos que desejam, o que é uma inverdade. O consumo consciente trata da escolha de produtos de boa qualidade, que são necessários e que façam sentido na vida dessa pessoa, de acordo com seus valores pessoais e morais, meio ambiente, conforto e também desejo. Dessa maneira, salienta-se que o consumo consciente está ligado ao senso crítico da escolha de consumo, de modo que recursos naturais e financeiros sejam empregados em coisas e experiências que façam sentido no gosto e utilidade prática do indivíduo. Cabe aqui então a relação do que seu padrão de vida pode proporcionar, sustentavelmente os desejos pessoais, desde que esses estejam de acordo com suas possibilidades financeiras e faça sentido no seu cotidiano. Um exemplo prático é a compra de vestuário, onde muitas pessoas compram peças apenas pelo impulso do consumo, sem sequer utilizá-la após possuí-la, deixando o objeto inutilizado em seu guarda-roupas, desperdiçando recursos naturais e financeiros, sem que haja senso crítico. A autora Reis (2019) explica:

O consumidor consciente é aquele que leva em conta, durante a decisão de compra, o equilíbrio entre a satisfação pessoal e suas limitações financeiras. O comprador que analisa os impactos ambientais e sociais de sua aquisição, utilizando-a de forma racional e sustentável, é capaz de evitar excessos e endividamentos. Esse indivíduo adquire apenas o necessário à sua vida, não se submete ao discurso do mercado publicitário, reflete sobre as consequências da aquisição antes de efetivá-la, foge do desperdício e se preocupa em saber qual a consequência que cada produto pode ter na sociedade como um todo (REIS, 2019).

Percebe-se então que o ato de controlar impulsos, avaliando se de fato uma compra é necessária e significativa impacta diretamente na saúde financeira individual, possibilitando assim viver uma vida com mais propósito, estimulando o senso crítico, evitando endividamento e desenvolvendo uma mentalidade de longo prazo. Dentro desse contexto, Castilho (2019) salienta:

O consumo consciente está totalmente ligado com a educação financeira, pois quando utilizamos quatro pilares: diagnosticar, sonhar, orçar e poupar, verificamos se estamos gastando mais do que ganhamos, descobrimos onde estão os desperdícios, priorizamos os nossos sonhos, damos prioridade às coisas que são realmente úteis para a nossa vida e para a nossa família, e adequamos o nosso padrão de vida. Aprendemos a comprar bem, pois não compraremos mais por impulso, preferiremos manter um estilo de vida saudável do que um estilo voltado apenas para o status, e sempre nos questionaremos se o produto que desejamos realmente é importante para a nossa vida (CASTILHO, 2019).

O autor reforça a ideia de questionar constantemente as reais motivações para a compra de um determinado produto ou serviço, no qual deve estar alinhado ao planejamento do indivíduo ou família, com seus valores, padrões e necessidades. Vale salientar ainda a importância de optar por produtos de boa

qualidade, com maior durabilidade em comparação com maior quantidade de produtos com menor qualidade. Em um primeiro momento, pode parecer que produtos com menor preço são de fato mais baratos, o que nem sempre é uma verdade, pois o fator qualidade deve ser levado em consideração nas escolhas de consumo consciente, onde esse ponto tem mais relevância do ponto de vista financeiro e ambiental do que a quantidade.

4 PROPOSTA DE SEQUÊNCIA DIDÁTICA PARA SALA DE AULA

Nas atividades de ensino, é comum e esperado que sejam elaboradas sequências didáticas de modo que se adeque o conteúdo a ser abordado com o objetivo e atividades que deverão ser exercidas. Desse modo, é necessário que se compreenda as conceituações da literatura para o termo “sequência didática”. Sendo assim, Zabala (1998, p. 18) conceitua o termo como uma proposta metodológica, que é composta por um conjunto de atividades que se interconectam, que são planejadas etapa a etapa para ensinar um determinado conteúdo, tendo o aluno como figura protagonista e o professor como figura facilitadora. Já Kobashigawa *et al.* (2008) explicam que sequência didática é um conjunto de estratégias, atividades e intervenções que são planejadas em cada etapa para cumprir com o entendimento de um conteúdo proposto. Sendo assim, é interessante que a sequência didática possua objetivos bem definidos, público-alvo, conteúdos que serão abordados, atividades que serão aplicadas e por fim o que se espera que o aluno aprenda com a sequência.

No entanto, as etapas didáticas que necessitam ser abordadas para os professores estão relacionadas com a própria vida financeira pessoal, não sendo necessário que seja exposta e sim, que esse indivíduo tenha uma vida financeira saudável, de modo que possa ensinar aquilo que ele próprio aplica em seu cotidiano. Além disso, é importante que esse profissional não domine apenas os pontos matemáticos em si, como também aspectos não cognitivos, que é o caso do seu comportamento financeiro, compressão e avaliação de custo e benefício no espaço tempo. Desse modo, é importante que o professor seja provocado com relação ao domínio do conteúdo de educação financeira no cotidiano, incentivando-o a colocar em prática atitudes que o levem a ter uma vida financeira saudável.

Diante disso, propomos a seguinte sugestão sequência didática para ser aplicada em sala de aula. Salientamos que focaremos apenas na parte reflexiva da atividade proposta.

ETAPA 1: PARA COMEÇAR E PENSAR

Para termos controle sobre nossas finanças, precisamos compreender o que ganhamos e o que gastamos, sendo que o que gastamos tem que ser menos do que ganhamos, para que assim possamos ter nossas finanças saudáveis. Considerando isso, responda as perguntas que seguem.

- 1) Joana ganha R\$ 1.200,00 todos os meses e mora com os pais. Seus pais estipularam então que para ajudar com as despesas de aluguel, água, energia, gás e internet, ela deveria arcar com R\$ 400,00 todos os meses. Ela não precisa pagar nada por alimentação. Além disso, ela paga seu curso de inglês, que custa R\$ 150,00 mensais e tem despesa de R\$ 150,00 com transporte. Qual é o valor que Joana dispõe para reserva de emergência e lazer?

Resolução.

Joana dispõe de R\$ 500,00 para lazer e reserva de emergência.
Despesas = $400,00 + 150,00 + 150,00 = \text{R\$ } 700,00$
Reserva de emergência e Lazer = $1.200,00 - 700,00 = \text{R\$ } 500,00$

2) Suponha que Joana deixe de morar com seus pais e a partir desse momento sua despesa com aluguel e taxas de energia, água e gás seja de R\$ 950,00. Além disso, ela tem uma despesa fixa de R\$ 500,00 com alimentação. Joana não deve abrir mão de lazer (R\$ 200,00) e reserva de emergência (R\$ 300,00) e sabe-se que apenas o salário e R\$ 1.200,00 não é suficiente para cobrir todos os seus custos. Como ela ainda está estudando, não há opção de ela ser empregada com um salário maior que esse no momento. Nesse caso, quanto de renda extra Joana deverá fazer mensalmente para se manter?

Resolução.

Joana deve fazer R\$ 750,00 de renda extra mensalmente.
Despesas = $950,00 + 500,00 + 200,00 + 300,00 = \text{R\$ } 1.950,00$
Renda extra = $1.950,00 - 1.200,00 = \text{R\$ } 750,00$

3) Luiza já tem 26 anos, um extenso currículo e qualificação adequada para receber, sem empreender, R\$ 8.000,00 líquidos da sua empresa empregadora. Por ser muito independente, Luiza quer morar sozinha, ter seu próprio carro, manter uma vida confortável e investir para sua aposentadoria. Sabe-se que, com esse salário, é possível cobrir todas essas despesas sem necessidade de renda extra, desde que esses valores sejam remanejados adequadamente para cada fim, ajustando seu padrão de vida a sua receita. Logo, sugira uma distribuição de gastos para Luiza, de forma que ela tenha seus desejos atendidos e todos os meses invista R\$ 1.500,00 para sua aposentadoria, que ela quer que seja precoce.

Resolução.

Há algumas possibilidades de distribuição da renda de Luiza. Uma das sugestões está apresentada a seguir:

- R\$ 1.500,00 – Moradia e condomínio
- R\$ 1.500,00 – Financiamento de carro e seguro veicular
- R\$ 1.500,00 – Investimento para aposentadoria
- R\$ 1.000,00 - Alimentação
- R\$ 500,00 – Combustível e manutenção veicular
- R\$ 500,00 – Energia, água, gás, internet e telefone
- R\$ 500,00 – Lazer
- R\$ 500,00 – Reserva de emergência
- R\$ 500,00 – Reserva de viagem

ETAPA 2: PARA DISCUTIR

Como você deve ter notado, a situação financeira de Joana e Luiza são distintas e as adaptações que são feitas e soluções dadas são diferentes. Isso acontece porque a realidade financeira das duas é diferente, logo, nem sempre apenas “gastar menos” com alguma coisa é solução suficiente para ter um bom fluxo de caixa. Isso quer dizer que, em alguns casos, a renda extra é necessária para equilibrar as finanças no curto prazo e buscar aprender e se desenvolver trará retorno financeiro no futuro. Considerando isso, o primeiro passo é compreender custos e ajustar o fluxo de caixa. Diante do que você aprendeu, como podemos então fazer isso?

ETAPA 3: PARA FINALIZAR

Vamos pensar sobre tudo o que abordamos nessa prática? Falamos sobre fluxo de caixa, sobre despesas, sobre receitas e sobre como podemos fazer para aumentarmos nossos ganhos no curto e no longo prazo. Agora chegou a hora de refletirmos. Vamos juntos nessa?

1) Assim como no mundo dos investimentos, as atividades remuneradas envolvem menos ou mais riscos, com menos ou mais remuneração. Você sabe que o empreendedorismo é um caminho sem garantias e que exige muito das pessoas, mas que proporciona ganhos superiores aos salários em regime CLT. Esse último, por sua vez, proporciona várias garantias para o funcionário. Você se considera uma pessoa empreendedora? Você tem o sonho de empreender algum dia? Se sim, por qual motivo? Se não, por qual motivo?

Reflexões.

Esse questionamento envolve respostas pessoais onde não há uma correta. De todo modo, o objetivo aqui é que seja estimulado o autoconhecimento para que o aluno se perceba como alguém que tem o desejo e a determinação para empreender ou se esse aluno tem o perfil de alguém que irá trabalhar em uma empresa. Seja qual for a resposta, nenhuma escolha é pior ou melhor que a outra e sim deve estar adequada ao perfil de cada um, de acordo com suas próprias escolhas.

2) Você deve ter notado que é muito importante que gastemos menos do que ganhamos, senão acabaremos endividados. Mas, quando as rendas são baixas, isso não é possível, pois não cobre nem mesmo as despesas básicas. Nesse caso, qual solução seria ideal para não acabar com dívidas? Você tem alguma ideia de qual renda extra seria ideal para você?

Reflexões.

O ideal é a busca por renda extra. Novamente, não há uma escolha que seja correta ou errada e sim a que é mais apropriada aos gostos pessoais de cada aluno e as suas condições e acessos. Nesse caso, mais uma vez, vale o estímulo pelo autoconhecimento.

3) Imagine a sua vida dos sonhos. Agora, liste aproximadamente o custo da sua vida dos sonhos. Pense na casa que você quer ter, pense nos pets, na sua família, no transporte, nas viagens. Tudo aquilo que você sonha. Quanto, aproximadamente, você precisa ganhar todos os meses para poder ter esse padrão de vida? E em quanto tempo?

Reflexões.

Essa resposta é pessoal e nesse questionamento o aluno deve ser incentivado a sonhar com a vida que deseja ter, pois é o primeiro passo para poder estruturar essa vida financeiramente e a traçar metas condizentes com esses objetivos.

A sequência didática proposta estimula o aluno não apenas a sonhar, como a entender a realidade financeira atual e qual padrão de vida esse aluno pretende obter. Para isso, é necessário então ter um caminho a ser percorrido e essa pessoa deve ser capaz de entender se pretende empreender, ser funcionário privado ou público. Não há uma opção que seja correta, e sim, uma opção que faça sentido para seus objetivos. O professor deve estimular os sonhos e buscar traçar metas junto com o aluno para alcançar esses sonhos, de forma consistente e real, não apenas como um desejo distante.

Nesse contexto, esse estudo se sintetiza uma contribuição para adesão da educação financeira no ciclo básico através de um exemplo prático que pode ser aplicado em sala de aula para alunos do ensino médio para aderência a mentalidade e prática de bons hábitos financeiros. Esse fato se mostra necessário visto as dificuldades de acesso ao conhecimento de educação financeira de modo geral no Brasil, representando um avanço social, permitindo que alunos de escola pública tenham a orientação devida para melhorar sua condição econômica e consequentemente de pessoas próximas e do país.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa abordou alguns pontos relacionados ao aprendizado da educação financeira como meio para alcançar o letramento financeiro entre jovens, como parte do currículo da educação básica. Fizemos uma pequena contextualização sobre o tema, relacionado com a inclusão da educação financeira

na BNCC. Por fim, propomos uma sequência didática para aplicação em sala de aula e instigamos uma reflexão para os professores sobre o ensino da educação financeira como meio para o letramento financeiro.

Observou-se, a partir da revisão de literatura dessa pesquisa, que o Brasil ainda tem muito o que melhorar quando se trata de domínio financeiro entre os jovens, o que se acredita ter relação com a falta do ensino de educação financeira na base curricular, cultura pouco voltada a orientações na área, desigualdade socioeconômica, entre outros fatores. Apesar do país ter apresentado melhoras, as estatísticas ainda mostram uma necessidade de inclusão e intensificação da educação financeira no país. Diante do exposto, acreditamos que este trabalho possa contribuir nesse processo de inserção do ensino da educação financeira.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular - Educação é a Base: Ensino Fundamental. Brasília: MEC, 2017.

BRITO, L. S. BAPTISTA, J. A., DA SILVA, S. R., BRAZ, S., HENRIQUE, M. R. A importância da educação financeira nos contextos acadêmico e profissional: um levantamento de dados com alunos universitários. Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. IX SEGET, 2012.

BCB. Banco Central do Brasil. Educação financeira nas escolas: desafios e caminhos. Cidadania Financeira, 2018. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/nor/releidfin/docs/art8_educacao_finanaceira_escolas.pdf. Acesso em: julho de 2021.

CASTILHO, M. Consumo consciente e educação financeira - bom para o seu bolso, bom para o planeta. Blog café com administração, 2019. Disponível em: < <https://administradores.com.br/artigos/consumo-consciente-e-educacao-financiera-bom-para-o-seu-bolso-bom-para-o-planeta> >. Acesso: abril de 2021.

DONADIO, R. Educação financeira de estudantes universitários: uma análise dos fatores de influência. Tese de doutorado do Programa de Pós-graduação em Administração: Universidade Nove de Julho, São Paulo-SP, 2014.

GIORDANO, C. C.; ASSIS, M. R. S.; COUTINHO, C. Q. S. A Educação Financeira e a Base Nacional Comum Curricular, EM TEIA, Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana, vol. 10, número 3, 2019.

HUNT, E. M. Education and economic literacy: developing economic competence through public education. Teachers College Record, v. 41, n. 7, p. 573-586, 1940.

KOBASHIGAWA, A. H.; ATHAYDE, B. A. C.; MATOS, K. F. de O.; CA-MELO, M. H.; FALCONI, S. Estação ciência: formação de educadores para o ensino de ciências nas séries iniciais do ensino fundamental. In: IV Seminário Nacional ABC na Educação Científica. São Paulo, 2008.

KEHIAIAN, S. E. Factors and behaviors that influence financial literacy in U.S.households. Tese (PHD), H. Wayne Huizenga School of Business and Entrepreneurship New Souththeastern University, 2012.

LEAL, D. T.; MELO, S. A Contribuição da Educação Financeira para a Formação de Investidores, 2007.

LUCCI, C. R.; ZERRENNER, S. A.; VERRONE, M. A. G.; SANTOS, S. D. A influência da educação financeira nas decisões de consumo e investimento dos indivíduos. In: IX SEMEAD 2006, São Paulo, Anais: ... São Paulo: USP, 2006.

MODIGLIANI, F.; BRUMBERG, R. Utility analysis and the consumption function: an interpretation of cross-section data. Post-Keynesian Economics, 388-436, 1954.

OCDE. Organisation for Economic Co-Operation and Development. Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness. Recommendation of The Council. July, 2005.

OCDE. Organisation for Economic Co-Operation and Development. PISA 2015 results (volume iv): students' financial literacy. Paris: OECD Publishing, 2017.

OCDE. Organisation for Economic Co-Operation and Development. PISA 2021 financial literacy analytical and assessment framework. Paris: OECD Publishing, Matriz de referência de análise e de avaliação de letramento financeiro 2019.

PISA. Programa Internacional de Avaliação de Estudantes. PISA 2021: matriz de referência de análise e de avaliação de letramento financeiro / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. – Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020.

REIS, D. Como ser um consumidor consciente e economizar seu dinheiro. Blog MAG Seguros, 2019. Disponível em: < <https://mag.com.br/blog/educacao-financieira/artigo/como-ser-um-consumidor-consciente-e-economizar-seu-dinheiro> >. Acesso em: abril de 2021.

SAVOIA, J. R. F.; SAITO, A. T; SANTANA, F. A. Paradigmas da educação financeira no Brasil, RAP Rio de Janeiro, p 2- 5, Nov e Dez 2007.

SCHNEIDER, I. J. Matemática financeira: um conhecimento importante e necessário para a vida das pessoas. 112 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2008.

SCPC. Serviço Central de Proteção ao Crédito, Boa Vista Serviços. Cartilha do orçamento doméstico. Consumidor Positivo, 2020. Disponível em: <

https://www.acso.com.br/documentos/cartilha_ConsumidorPositivo.pdf >. Acesso em: abril de 2021.

VIEIRA, G. S.; DE MELO, D. P.; PESSOA, C. A. S. Educação financeira na BNCC: quais as orientações? Encontro Nacional Online de Professores que Ensinam Matemática, ENOPEM, 2020.

ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda., 1998.